

**DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E ELEGIBILIDADE**  
**CANDIDATURA AO CONSELHO REGIONAL**

Eu, \_\_\_\_\_ (nome completo), brasileiro(a),  
psicólogo(a), CRP \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, residente à

\_\_\_\_\_, telefone celular \_\_\_\_\_ (ddd\_número), email

\_\_\_\_\_ nos termos previstos no Regimento Eleitoral aprovado pela  
Resolução CFP nº 10/2024 e da Instrução Normativa CFP nº 01/2025, declaro que me candidato às Eleições do  
Conselho Regional da \_\_\_\_ região (\_\_\_\_) (estado), Pleito 2025, pela Chapa  
\_\_\_\_\_ (nome completo  
da chapa).

Declaro também que, para minha inscrição, atendo às exigências constantes nos referidos instrumentos  
regimentais e normativos quanto à apresentação de candidaturas ao Conselho Regional da \_\_\_\_ região (\_\_\_\_)  
(estado), especialmente o disposto nos artigos 10º e 11º da Resolução CFP 10/2024 (Regimento Eleitoral) e o  
artigo 5º da Instrução Normativa CFP 01/2025.

**Resolução CFP nº 010/2024**

**Art. 10.** É elegível para o Conselho Federal de Psicologia e para os Conselhos Regionais de Psicologia a psicóloga que satisfaça aos seguintes requisitos, observado o disposto no artigo 29 do presente Regimento:

*I - ter nacionalidade brasileira;*

*II - estar em dia com suas obrigações eleitorais e militares;*

*III - encontrar-se em pleno gozo de seus direitos profissionais;*

*IV - ter inscrição principal na jurisdição do respectivo Conselho Regional há mais de dois anos, conforme o artigo 34, inciso II, do Decreto nº 79.822, de 17 de junho de 1977:*

*a) inscrição em Conselho Regional da região geográfica que pretende representar, quando concorrer ao cargo de Secretária Regional do Conselho Federal de Psicologia, e em qualquer Conselho Regional de Psicologia, quando concorrer aos demais cargos daquele órgão;*

*V - inexistir contra si condenação criminal com pena superior a 2 (dois) anos, em virtude de sentença transitada em julgado - salvo reabilitação legal, comprovada mediante declaração da candidata, conforme o artigo 34, inciso IV, do Decreto nº 79.822, de 17 de junho de 1977;*

*VI - inexistir contra si condenação disciplinar por infração ao Código de Ética, transitada em julgado na esfera administrativa há menos de 5 (cinco) anos;*

*VII - inexistir contra si condenação, por infração administrativa, transitada em julgado na esfera administrativa há menos de 5 (cinco) anos;*

*VIII - estar adimplente com o Conselho Regional de Psicologia, de acordo com os critérios do artigo 5º deste Regimento.*

**Art. 11.** São impedimentos para a candidatura ao Conselho Regional e ao Conselho Federal de Psicologia, além dos constantes do artigo anterior:

*I - ocupar cargo na Diretoria de Conselho de Psicologia, seja Regional e Federal, ou Seção de Base Estadual, após a data-limite para a desincompatibilização:*

*a) a desincompatibilização dos cargos diretivos dos Conselhos deverá acontecer até o dia 23 de junho de 2025;*

*II - ocupar cargo ou função com vínculo empregatício, ou manter contrato de prestação de serviço com os Conselhos de Psicologia;*

*III - ter sido afastada, no período de dois mandatos anteriores, por falta, abandono ao mandato de Conselheira Regional ou Federal - excetuando-se o afastamento por motivo de saúde ou mudança de residência para outra jurisdição ou país, no caso de Conselheira Regional, e o afastamento por motivo de saúde ou mudança de país, no caso de Conselheira Federal;*

*IV - integrar qualquer Comissão Eleitoral, seja em nível regional ou federal, bem como a Comissão Nacional de Heteroidentificação;*

*V - ter sido condenada em Processo Disciplinar Funcional por decisão transitada em julgado na esfera administrativa, no período de dois mandatos anteriores ao pleito.*

***Instrução Normativa n° 1/2025***

***Art 5º.*** *No momento da inscrição, a candidata deverá especificar a modalidade de reserva de vagas para a qual pretende se inscrever, devendo optar somente por uma dentre as categorias previstas.*

---

Local/Data

---

Assinatura